



## AS FORTIFICAÇÕES DO AMAPÁ COLONIAL: CONTEXTO E HISTORIOGRAFIA

Luiz Gustavo da Silva Costa<sup>i</sup>  
Professor do Departamento de História na  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar comparativamente a historiografia produzida sobre as fortificações construídas no Amapá e Amazônia coloniais nos séculos XVII e XVIII bem como o contexto em que foram construídas. Para se alcançar esta generalidade objetivaremos especificamente descrever o contexto histórico em que as fortificações no território estado do Amapá foram construídas; Descrever a produção historiográfica sobre o tema escrita ao longo do tempo e analisar possíveis mudanças na referida historiografia verificando as possíveis permanências e rupturas. A metodologia consistiu em uma abordagem qualitativa de investigação bibliográfica de cunho histórico sendo manuseadas bibliografias de autores que trabalharam direta ou indiretamente as fortificações do Amapá como fontes primárias. Percebeu-se que as fortificações do Amapá colonial foram construídas nos séculos XVII e XVIII dentro dos desdobramentos do expansionismo ultramarino europeu. Contudo, a partir do século XVIII, a Fortaleza de São José de Macapá deu um patamar de política à construção de fortes na região. Em análise da historiografia sobre o tema, percebeu-se que no primeiro momento da escrita desta historiografia há forte influência das orientações do IHGB para esta produção histórica bem como de muitos traços do metodismo histórico e da historiografia tradicional. Contudo a partir do segundo momento em que o tema entra no rol de produções acadêmico universitárias, o tema recebe renovação teórico metodológica gerando trabalhos como e resultados mais aprofundados ou inovadores, porém ainda guardando resquícios da forma de contextualizar muito semelhante aos trabalhos dos autores clássicos.

**Palavras-chave:** Conquista portuguesa da Amazônia; Amapá colonial; Historiografia; Fortificações.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze comparatively the historiography produced on the fortifications built in colonial Amapá and Amazon in the 17th and 18th centuries as well as the context in which they were built. In order to reach this generality, we will specifically describe the historical context in which the fortifications in the territory of Amapá were constructed; Describe the historiographic production on the written theme over time and analyze possible changes in the said historiography verifying the possible permanences and ruptures. The methodology consisted of a qualitative approach of bibliographical research of historical nature, being handled bibliographies of authors who worked directly or indirectly the fortifications of Amapá as primary sources. It was noticed that the fortifications of the colonial Amapá were constructed in centuries XVII and XVIII within the unfoldings of the overseas expansionismo European. However, from the eighteenth century, the Fortress of St. Joseph of Macapá god a political level to the construction of forts in the region. In the analysis of the historiography on the subject, it was noticed that in the first moment of the writing of this historiography there is strong influence of the IHGB guidelines for this historical production as well as of many traces of the historical methodism and the traditional historiography. However, from the second moment in which the theme enters the list of university academic productions, the theme receives a theoretical and methodological renewal, generating works as well as more in

depth or innovative results, but still keeping remnants of the contextualization very similar to the works of the classical authors.

**Keywords:** Portuguese conquest of the Amazon; Amapá Colonial; Historiography; Fortifications.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa intitulado “As Fortificações da Costa Setentrional do Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII” registrado na Universidade Federal do Amapá, *campus* Binacional. O tema “fortificações” vem aparecendo em registros e trabalhos de autores que investigaram as disputas internacionais e o processo de ocupação das terras amazônicas pelos europeus. Os registros históricos contidos nas correspondências oficiais (contidos em Annaes da Biblioteca e do Arquivo Público e do Pará bem como outros documentos publicados como Alvarás, Cartas Régias, decisões reais, relatórios administrativos, correspondências de diversos com o governo da Província do Grão-Pará dentre outros) mantidas entre membros da administração, militares e reino português apontam que em solo amazônico, e mais exatamente no Amapá colonial<sup>ii</sup> houve um relativo movimento em busca de promover a colonização nesta área que antes da chegada dos europeus era fortemente ocupada por nativos e que depois de 1492 os espanhóis tomaram posse de toda a América.

Na Amazônia, ingleses e holandeses tentaram iniciar uma ocupação com o estabelecimento de núcleos agrícolas e de pequenas fortificações ainda no século XVII.

Os portugueses chegaram ao litoral da América do Sul e durante a União Ibérica ultrapassaram o limite de Tordesilhas e lutaram contra seus antecessores europeus na Amazônia e também ergueram suas fortificações. Os franceses que tentaram invadir a colônia portuguesa no Rio de Janeiro e no Maranhão, também tentaram se apossar do Amapá. Estas são apenas pequenas passagens do emaranhado certamente iniciado em torno da conquista da Amazônia. Mas é a partir da análise da história produzida até o momento que nos indagamos de que forma esta história foi escrita? Que contextos impactaram a produção historiográfica sobre as fortificações? Há continuidades na maneira de produzir a história das fortificações ao longo do tempo?

Estas questões nos levam estipular como objetivo desta pesquisa de forma geral analisar comparativamente a historiografia produzida sobre as fortificações construídas na Costa Setentrional do Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII bem como o contexto em que foram construídas. Para se alcançar esta generalidade objetivaremos especificamente descrever o contexto histórico em que as fortificações no território estado do Amapá foram construídas; Descrever a produção historiográfica sobre o tema escrita ao longo do tempo e analisar possíveis mudanças na referida historiografia

verificando as possíveis permanências e rupturas.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa de investigação bibliográfica de cunho histórico. Foram manuseadas fontes bibliográficas como fontes primárias para atingir os objetivos propostos e a pesquisa partiu de uma reconstituição do contexto internacional europeu no processo de expansão ultramarina europeia do século XV e a ocupação europeia do vale amazônico do contexto do século XVI ao XVIII, mas dando ênfase as fortificações. Feito isto, lançamos a uma releitura da bibliografia sobre o tema tentando demonstrar que rupturas e permanências ocorreram na forma de pesquisar as fortificações da Amazônia.

### **A AMAZÔNIA E O AMAPÁ INSERIDOS NO CONTEXTO DA EXPANSÃO ULTRAMARINA EUROPEIA**

Costumeiramente, os pesquisadores que já escreveram trabalhos sobre a conquista do vale amazônico inserem-na nos desdobramentos da ocupação europeia sobre o território americano desde a chegada da expedição comandada por Cristóvão Colombo, em 1492, que tomou posse para os espanhóis da imensidão do então *Novo Continente* desconhecido pelos europeus, em que pese o fato da presença de centenas de etnias nativas há centenas de anos. Os

*antecedentes históricos do Amapá [e da Amazônia] estão vinculados aos dois ciclos de navegação e descobrimentos do século XV, representados pelos portugueses e espanhóis* (RENÔR, 1998, p. 81). Esta conjuntura histórica nos chama atenção para uma lenta ação colonizadora em direção ao novo mundo.

A partir do final do século XV, por motivos diferentes e concomitantemente semelhantes portugueses, holandeses, ingleses e franceses voltaram seus olhares para esta região e também almejavam por aqui fixar posição. Do século XVI ao XIX, a disputa territorial por fatias do espaço da América pelas citadas nações configura-se como um imbróglio que causou perdas e prejuízos materiais, financeiros e humanos, em que pese o fato de que portugueses e espanhóis tenham tentado por fim as suas indefinições limítrofes entre suas “descobertas” além-mar com as assinaturas de alguns tratados<sup>iii</sup>.

O continente americano e seus habitantes nativos assistiram durante o século XVI ao estabelecimento e institucionalização de um colonialismo transportado da Europa. As bases desta colonização foram lançadas sobre uma busca desenfreada pelo estabelecimento e desenvolvimento de atividades econômicas que rendessem lucros as ávidas coroas europeias. E, para tanto, usamos a curta definição de colonialismo “*Colonization is associated with the*

*occupation of a foreign land, with its being brought under cultivation, with the settlement of colonists*”(Ferro, 2005). Nesse sentido, Portugal no bojo dos desdobramentos do seu empreendimento expansionista colonizador, conforme registra a tradição histórica, expandiu suas posses a América em 1500, mais especificamente à região nordeste brasileira. Três décadas depois, começou a ocupação de sua parte deste continente com a fundação da vila de São Vicente em 1532 dando início à sua colonização.

A anexação do *vale do Grande Rio* representou uma missão bastante complicada se tomarmos por base as condições de clima (totalmente diferente das características do europeu), relevo, vegetação (floresta densa), hidrografia e da própria questão humana (muitos nativos revoltaram-se contra a dominação europeia e outros fizeram alianças com ibéricos e não ibéricos aumentando a mortandade nos conflitos armados). Tratando-se do século XVI há registros documentais citados por pesquisadores (BAENA, 1838; VIANNA, 1905; REIS, 1968; LORIMER, 1989) de tentativas de fundação de pequenas colônias no que corresponde hoje a Amazônia Legal brasileira. *Os portugueses foram antecidos, no vale amazônico, pelos espanhóis e pelos anglo-batavos. Os espanhóis no papel de descobridores; os anglo-batavos, como*

*primeiros ocupantes e exploradores* (REIS, 1968, p. 257).

Segundo Carvalho é somente no século XVII, que os europeus se fixaram na região. *A presença efetiva do europeu na vasta região amazônica só se fará a partir do século XVII, motivada por interesses econômicos impulsionadores da penetração na área, em busca das “drogas do sertão” e do índio para servir de mão de obra numa lavoura incipiente.* (1998, p. 25). Todavia, Arthur Reis asseverou que já nesse período inicial do século XVI, a extração das “drogas do sertão” fomentava certa economia com base na extração de produtos naturais:

Os franceses também tinham pretensões em fixar colonos na região. Após os exitosos esforços para expulsá-los primeiro do Rio de Janeiro e depois da experiência desagradável que tiveram com a invasão no Maranhão, em 1612 onde Daniel de La Touche fundou, com a permissão da coroa francesa, a França Equinocial, suas atenções voltaram-se para o delta do grande rio Amazonas. O regimento expedido por Gaspar de Sousa, então Governador Geral do Brasil, ordenava aos militares que sua ação não terminasse com os confrontos no Maranhão, mas que se estendessem contra os estrangeiros situados nas margens do Amazonas.

Desde o “descobrimento” do continente americano, os espanhóis

organizaram algumas expedições de reconhecimento da Amazônia, além de doar capitâneas a fidalgos, que por sua vez não obtiveram grande sucesso, pois não conseguiam efetivar nenhum povoamento na região. Sobre esse aspecto Mauro Coelho (2001) analisando o trabalho de Arthur Reis (*Op. Cit.*), identificou que o primeiro momento de História da Amazônia, constituirá numa etapa de reconhecimento, por parte da Espanha, explícito na viagem de Pedro de Úrsua bem como de outras similares, além de uma significativa presença de ingleses e holandeses que já haviam iniciado uma colonização baseada na economia extrativista na região.

*Os ingleses e os holandeses, que vieram realizar a façanha, começaram em 1596, quando atingiram o delta amazônico, iniciando uma montagem de feitorias e de pequenos estabelecimentos militares que lhes garantissem a aventura* (REIS, 1968, p. 258). Mauro Coelho e Jonas Marçal (2001), analisando a tradicional divisão em três momentos da interpretação de Arthur César F. Reis identificou no segundo momento uma importante questão de onde o Estado lusitano, mesmo sob a administração espanhola é visto como consolidador de sua presença na Amazônia combatendo e expulsando os invasores.

Os autores tradicionais do tema induzem-nos a perceber o esforço que as

nações envolvidas no processo de ocupação amazônica empregaram, principalmente o português. Outros, mostravam que o intuito dos lusos para a inserção territorial à sua posse com o objetivo de torná-la lucrativa de acordo com os interesses econômicos vigentes. No esforço de tomar posse desta região, o rei de Portugal D. João III doou-as a Luís de Melo da Silva. Medida um tanto quanto descabida, pois como o rei de Portugal poderia doar terras legitimamente espanholas a um fidalgo luso? No século XVII, o monarca espanhol Carlos V doou-as a Francisco Orellana com o nome de Nueva Andaluzia e na tentativa de reencontrar o delta amazônico morre sem tomar posse efetiva de suas terras.

Durante o período da União Ibérica, Bento Maciel Parente, viajou à Espanha em 1637, para informar à administração metropolitana sobre as diligências feitas para expulsar os invasores estrangeiros da região. As coroas ibéricas sensibilizadas com as investidas francesas e de outros estrangeiros criaram a Capitania do Cabo Norte e doaram-na a Bento Maciel Parente. Além da falta de recursos financeiros, Carvalho identificou outros dois motivos para o fracasso desse empreendimento de colonização da capitania, a saber:

Outros dois motivos que o impediram de assumir a capitania foram: primeiramente militar, pois o mesmo encontrava-se envolvido no combate aos estrangeiros no litoral brasileiro. O segundo foi a sua nomeação a

governador e capitão-mor do estado do Maranhão em 1638, permanecendo no cargo até 1641. (1998, p. 98)

Mesmo diante da oficialização de acordos pelas possessões das terras americanas entre portugueses e espanhóis, os franceses, já instalados na área onde hoje é a Guiana Francesa jamais aceitaram a validade do Tratado de Tordesilhas e sempre que puderam penetraram nas terras do Cabo Norte para extraírem da floresta as drogas do sertão e implantar algum aldeamento que viesse a se tornar um núcleo ocupacional sobre sua administração. Por isso sempre foram incômodos vizinhos aos portugueses e a partir daí explica-se os constantes confrontos e cuidados com este invasor tão persistente.

## O POSICIONAMENTO DAS PEÇAS NO TABULEIRO

Ainda no século XVII o Estado ibérico iniciou a anexação do Vale Amazônico<sup>iv</sup> através do estabelecimento de pequenos núcleos populacionais de origem agrícola militar. Conforme Lima (2010, p. 128), o capitão-mor Alexandre Moura ao saber que ingleses e holandeses estavam explorando a região determinou o envio de uma expedição comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco com o objetivo de expulsar os intrusos e ao chegar ao lugar que hoje corresponde à cidade de Belém ele mandou erguer um forte. Costuma-se afirmar que o marco inicial do

processo de anexação da Amazônia aos domínios portugueses foi a fundação do forte do presépio em 1616, lugar onde está situada atualmente a metrópole regional (Belém).

Aferimos claramente que a disputa territorial iniciada no século XVII e motivada pela tentativa de colonização do setentrião sul-americano, configurou-se num emaranhado jogo de estratégias. Uma das táticas de defesa territorial típica deste período em estudo foi a edificação de bastilhas, pois acreditava-se que dessa maneira garantiria a posse do território intimidando os oponentes com a permanência de guarnições militares treinadas e armadas para repelir qualquer pretensão invasora conforme afirmou Artur Vianna:

As áreas ístmicas amazônicas também foram inseridas na disputa. Exemplo disso foram os holandeses que em 1623 estavam fixados em Gurupá com uma fortaleza denominada de Mariocay. A disputa do território do Gurupá intensificou-se quando os portugueses invadiram e tomaram o forte. De acordo com Lima (2010, p. 130) no lugar deste forte foi construído outro pelos portugueses denominado de Santo Antônio de Gurupá, doravante o posto ibérico mais avançado na região do Amazonas. A fortificação de Gurupá serviu de cenário de batalhas pelo domínio do lugar e caiu em ruínas ao longo do implacável tempo. Porém

algum período depois foi reconstruída pela necessidade da defesa.

A construção desses fortes não representou o fim das invasões estrangeiras, principalmente por parte dos franceses que como afirmamos no capítulo anterior, fixaram-se na região de Caiena e de lá planejavam estender seus domínios até as terras compreendidas entre os rios Oiapoque e Araguari. Mesmo com a celebração de tratados a região sempre foi considerada um problema para os administradores do Grão-Pará. Assim, os lusos voltaram seus esforços para utilizar a estratégia da construção de outras fortificações na região na tentativa de diminuir as invasões estrangeiras. Ainda no século XVII construíram um forte na região do Paru e outro em Macapá, que representava um ponto de extrema importância quanto à sua localização geográfica.

Lima (2010, p. 143) explica que portugueses estavam envolvidos em constantes guerras referentes ao seu expansionismo colonialista, portanto, as escolas militares capacitaram seus capitães com a formação de engenharia militar o que garantiu vantagem ao Estado luso em sua empreitada colonizadora, pois seu funcionário recém-formado exercia dupla funcionalidade: a de comandante das embarcações e a de engenheiro capacitado para planejar a construção de uma fortificação com mais durabilidade evitando a contratação de

engenheiros estrangeiros que poderiam infiltrar-se como informantes.

As documentações oficiais levaram ou estudiosos do assunto a deduzir que os problemas quanto à segurança do território português na América continuavam. Se ingleses, holandeses e irlandeses já não representavam uma ameaça no século XVIII, não se poderia dizer o mesmo sobre os franceses que não reconheciam o rio Oiapoque como limite com o Brasil português. Em 1747, na administração da província do Grão-Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão sugeriu ao rei D. João V que elevasse a antiga Capitania do Cabo Norte, à condição de Província dos Tucujus. Fato que não representou nenhuma alteração administrativa. Ordenado pelo monarca lusitano D. João V, o governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado fundou na margem esquerda do caudaloso rio Amazonas a vila de São José Macapá e juntamente com ela um fortim para que os franceses não esquecessem os limites de suas terras.

Fato consumado é o de que a partir do século XVIII as incursões francesas diminuíram sensivelmente. Acredita-se que se deve a construção da imponente Fortaleza de São José de Macapá, fruto da política pombalina implantada pelo ministro D. Sebastião José de Carvalho e Melo que consistiu numa boa jogada lusitana no jogo de

defesa territorial de sua colônia americana. Diferente dos fortins construídos com terra, madeira e pedras construídos no Amapá antes de 1750 pelos portugueses e por seus concorrentes europeus no Amapá, a Fortaleza de São José constituiu-se num divisor de águas quanto à defesa da região de Macapá. Planejada na mais alta qualidade de engenharia militar, demandou 18 anos de tempo, recursos financeiros e de mão de obra seja nativa, negra ou portuguesa. Em 1764 a fortificação de Gurupá serviu de base material para a construção da grandiosa Fortaleza de São José de Macapá. Este exemplo mostra-nos claramente a importância bélica e estratégica dos fortes na ótica europeia. A monumental fortaleza pôs fim às intenções dos invasores nas proximidades de Macapá do da foz do Amazonas se caracteriza numa jogada estratégica pela disputa internacional pelas terras amapaenses como também de grande guardião da porta de entrada para o Brasil e na proteção do interior ao acesso às até então recém-descobertas minas de ouro e diamantes do interior do Brasil (Camilo, 2003). Diante do exposto pode dizer que com a efetivação da política de fortificações, principalmente com seu aperfeiçoamento melhorado com o passar do tempo e materializado na Fortaleza de São José de Macapá *o Estado realiza a mais elementar de suas atribuições constituintes: proteger e*

*defender um território* (NASCIMENTO, 2010).

## HISTORIOGRAFIA DAS FORTIFICAÇÕES DO AMAPÁ

A partir deste momento do artigo faremos uma análise das obras dos autores inseridos no debate das fortificações tentando visualizar características em comuns e diferenças, contextos e possíveis contribuições. A análise seguirá uma ordem cronológica e separa em dois grandes grupos dispostos a seguir. Adiantamos que entre os clássicos autores apesar de não estarem ligados a pesquisas propriamente acadêmico-universitárias, esclarecemos não pressupõe que os mesmos não estivessem obedecendo a critérios de cientificidade dentro de seu contexto histórico.

## OS CLÁSSICOS AUTORES DAS FORTIFICAÇÕES

As fortificações do Cabo Norte (ou do atual Amapá) há tempos aparecem nas documentações históricas escritas sobre a epopeia europeia de sua expansão ultramarina sobre a América, no século XVII. No século XVIII elas não passaram despercebidas por viajantes que registraram suas percepções em passagens pelas vilas amazônicas, como o francês Charles-Marie de la Condamine e o

lusu-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira. Os dois serviram de fontes para o ensaio de Mauro Cezar Coelho publicado no ano de 1999. Coelho (1999) percebeu que essas duas expedições compreendiam a *Amazônia como espaço do exercício do saber da Europa ilustrada* (p. 127).

Se pensarmos estes trabalhos pelo viés pós-colonialista<sup>v</sup>, e mais especificamente nas reflexões propostas pelo pensamento de Edward Said<sup>vi</sup>, pensaremos que há um esforço europeu em produzir registros de observações feitas legitimamente por pesquisadores credenciados e capacitados e que se encaixam num jogo de poderes e intenções a afirmar e/ou reafirmar a posse da região do antigo Cabo Norte por intermédio da confirmação da produção de conhecimentos num momento em que a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa ainda estavam inteiramente indefinidas. Produzir conhecimento sobre a área do Contestado se constituía em uma estratégia válida em tempos em que o conhecimento científico se projetava como influente e importante no momento em que o Iluminismo despontava como referencial filosófico predominante.

Partindo ao século XIX, onde podemos encontrar a chamada metódica historiografia deste período, temos como característica a existência de vertentes voltadas para a narração das formações dos Estados Nacionais que foram fortemente

influenciadas pelo pensamento positivista, em escala internacional, e pelas discussões dos Institutos Históricos e Geográficos em escalas nacional e provincial. A nível nacional temos a criação do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, no Período Regencial do Império brasileiro, exatamente na Regência de Araújo Lima. O Brasil, era um jovem país independente e procurava ainda se construir e afirmar como um Estado/Nação independente e com um povo que se reconhecesse como resultado de um processo histórico construído e coerente e com uma identidade nacional coesa. A Amazônia também deveria ser descrita como parte integrante deste processo e deveria ter sua história narrada de forma semelhante, guardadas as especificidades de sua “conquista”

Neste contexto encontramos a publicação por Antônio Ladislau Monteiro Baena<sup>vii</sup>, o *Compêndio das Eras*, em 1838<sup>viii</sup>, e referenciado por alguns pesquisadores da história das fortificações na Amazônia como Vianna (1904), que além de expor um considerável número de fontes documentais encontradas em arquivos paroquiais, cartórios e Câmaras Municipais, referentes a correspondências oficiais entre governadores da Província do Grão-Pará com a Coroa portuguesa. Narrou combates ligados a disputas territoriais na Amazônia e influenciou autores do século XX ao contar a

ocupação europeia da região amazônica pelos portugueses a partir da valorização da nação conquistadora e seus ícones militares.

Seguindo a linha narrativa de Baena, alguns historiadores a partir do século XX voltaram seus olhares para a presença destas construções fortificadas no território amazônico como estratégia para a conquista do vale do *Grande Rio*. E escreveram que a conquista e a colonização da Amazônia estão diretamente ligadas a empreitadas como as missões/reduções religiosas, as ações militares voltadas para expulsão de pretensos invasores da América ibérica ou ainda nas expedições de reconhecimento envolvidas na busca de potenciais produtos naturais (drogas do sertão) e/ou minerais.

Este tipo de produção histórica narrou de forma epopeica as ações de reinos europeus conquistadores em regiões da América consideradas de difícil acesso com povos nativos hostis à sua dominação e, portanto, esta história das fortificações estava focada em compreender o processo de conquista da Amazônia pelos portugueses por uma ótica que protagonizava as ações europeias como gloriosas na busca do estabelecimento de sua ordem política, econômica, social e cultura e estrutura estatal. Pode-se ver isso em algumas obras como a de Arthur Vianna, “As Fortificações da Amazônia” que foi publicado em 1905 nos *Annaes da Biblioteca e do Arquivo Público*

*do Pará* onde este autor fez um levantamento de registros de construções fortificadas de diferentes nacionalidades presentes na região da atual Amazônia Legal brasileira.

O paraense Vianna foi professor, jornalista escrevendo para muitos jornais além de diretor da Biblioteca pública do Pará. Esse contato com livros e documentos deram asas ao talento de escritor de aspectos históricos da Amazônia. Foi farmacêutico e estudante de medicina destacando-se sempre como aluno notável, também foi correspondente do Instituto do Ceará. Apesar de ter muita afinidade com as Ciências da Saúde, isso não o impediu de dedicar-se à História da Amazônia. Por ter trabalhado em comissões de limites entre estados brasileiros, o acesso a documentações históricas provavelmente o levou a se interessar por processos de formação de fronteira e ocupação territorial da Amazônia pelos europeus. Muitas de suas publicações são voltadas para a construção de narrativas que reforçam esse pensamento.

*As Fortificações da Amazônia* acabam por se caracterizar como um ensaio enciclopédico que fez um resumo de características arquitetônicas, origem e cronologia, mas sempre tendo como pano de fundo o processo de conquista da Amazônia pelos portugueses. Vianna chegou a reproduzir plantas dos documentos dos quais colheu as informações para a produção deste trabalho e publicou em seu capítulo de

*annaes*. Provavelmente tenha sido o primeiro historiador da Amazônia a isolar as fortificações como um tema e tentar dar-lhe visibilidade histórica como um fenômeno de importância dentro da historiografia regional.

Em meados do século XX, mas ainda seguindo muitos traços deixados por Baena, que já foram citados, são memoráveis os escritos de Arthur Cezar F. Reis (1947) que também aludiu às fortificações bem como permaneceu narrando a conquista da região amazônica pelos portugueses, e endossando o forte apelo à ação estatal neste empreendimento. Reis é considerado por muitos historiadores como “o historiador da Amazônia”. Um clássico da literatura histórica regional e que organizou seu importante artigo “A Ocupação Portuguesa no Vale Amazônico” publicado no famigerado “História Geral da Civilização Brasileira”, dirigido por Sérgio Buarque de Holanda, e fortemente ligada ao IHGB uma vez que este autor também foi membro deste instituto além de ter exercido mandatos políticos, mostrando muitas das mesmas características descritas por Baena (1838) mesmo passado mais de um século, quanto à maneira de descrever a história da ocupação da Amazônia e de suas fortificações.

Podemos dizer que sua ligação com a política e com o direito, por sua formação, deu a Reis uma visão institucionalista<sup>ix</sup> da História tendo o Estado como o principal

agente responsável pelas transformações históricas. Seus militares, a serviço da coroa lusitana eram os tentáculos do Estado absolutista/mercantilista desbravando uma Amazônia “selvagem”, “bárbara”, desconhecida pelo europeu. Em “Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira” (1947-48), Reis, no volume I desta obra, tratou sobre a Fronteira Colonial com a Guiana Francesa. Obviamente com sua peculiaridade de patriota analisou o assunto da definição da fronteira tendendo a reforçar os argumentos da defesa brasileira na Questão do Amapá. Buscou fazer uma contextualização desde a expansão ultramarina europeia como ponto de partida. Este caminho continua sendo revisitado por muitos pesquisadores que certamente creem que as disputas territoriais na Amazônia têm seu início nos idos coloniais e nas transformações políticas e econômicas que se desdobram principalmente a partir dos séculos XV e XVI. Há uma busca pela legitimação da propriedade portuguesa na região. Parece a ele legítima esta primazia lusa na Amazônia mesmo que esta presença desrespeite o Tratado de Tordesilhas, a divisão da América entre os dois países ibéricos e que a União das Coroas Ibéricas acabe por ser o elemento casual, mas regulador do princípio do *Uti Possidetis* e que dá a Portugal o direito legal das terras do oeste pós-tordesilhanos que hoje pertencem ao Brasil.

Ainda nesta obra, Reis produziu um cronograma da *irradiação portuguesa* no vale Amazônico exaltando a ação dos comandantes militares das expedições (Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Feliciano Coelho, dentre outros tantos) na empreitada da Conquista da Amazônia. Essas ações militares também se caracterizavam como um processo de dominação, distanciamento ou extermínio das sociedades nativas dando margem a uma presença física do português. É curioso, mas plenamente explicável que muito deste avanço do português na grande Amazônia brasileira se iniciou no período em que seu reino estava sob o domínio espanhol. Nas narrativas de Reis, temos a sensação de que há uma grande austeridade dos militares portugueses em agir em uma região que não lhes pertence por direito e que mesmo após a separação das ditas Coroas em 1640, os portugueses continuaram *irradiando* sua ocupação.

Como historiador de influências típicas da História produzida nos finais do século XIX e início do XX, Reis sustenta sua narrativa em documentação oficial como cartas oficiais, correspondências entre governadores e o rei de Portugal (pós-restauração), relatórios de militares, etc... Devemos lembrar que esta obra foi produzida na década de 1940 e não podemos deixar de destacar que a historiografia nacional passava por um período de ruptura e reorganização do

pensamento histórico quanto aos referenciais teóricos<sup>x</sup> e metodológicos. e mesmo a produção das obras de Reis estando imersas nos meios destas desconstruções da Historiografia brasileira, posta em cheque, ainda interpreta a História Amazônica com um olhar engessado por uma narrativa ainda fortemente marcada pelo que hoje podemos chamar de uma *História dos vencedores*.<sup>xi</sup>

Reis não reflete sobre o a relevância das fortificações neste processo de ocupação da Amazônia, porém não deixou de citá-las como elementos importantes da saga lusa na Amazônia. Vemos em sua obra muito do que já havia sido dito por Baena ou Vianna oferecendo ao leitor uma revisita na documentação que oficial que narra as batalhas envolvendo as fortificações da Amazônia e mais especificamente no Cabo Norte dando-nos uma impressão de sobrevivência, ainda que com os dias contados, da tradicional narrativa no final da primeira metade do século XX.

As fortificações despertaram interesse em muitos escritores e dentre eles podemos ainda citar Jarbas Cavalcanti, que foi juiz de direito em Macapá e publicou por uma editora em Belém do Pará em 1973 a obra “Fortaleza de São José de Macapá - Traços Históricos”. Apesar de não ser historiador, provavelmente este cidadão ao olhar cotidianamente a Fortaleza, como chamam os macapaenses a Fortaleza de São José, se encantou e resolveu

sua história e produzir um livro. Podemos dizer sobre Cavalcanti que é visto como um *histógrafo*<sup>xii</sup>, que narrou aspectos pitorescos da História da Fortaleza de São José de Macapá elegendo-a como *marco comprovador do esforço titânico dos luso-brasileiros* erguido em Macapá.

A pesquisa de Cavalcanti é bibliográfica. Aborda a obra “As Fortificações da Amazônia” de Vianna e “O Compêndio das Eras” de Baena revelando inclusive que este chegou a ocupar o posto de comandante da Fortaleza de São José de Macapá e governador da praça de Macapá. O autor ainda faz um resumo da existência de outras fortificações no Amapá (Forte de Torrego, North, Filipe, Camaú) seguindo os levantamentos de Vianna. Mas seu olhar se volta especialmente à Fortaleza de São José, narrando resumidamente alguns aspectos ligados à construção deste forte e alguns impactos da Cabanagem na administração da fortaleza e fatos como a Revolução de Macapá; o crime do soldado; a moeda *chenchem* e a indefinição do soldo dos militares da Fortaleza, dentre outros. Ainda há um esforço para comentar a participação dos negros e índios na construção da Fortaleza de S.J de Macapá deixando uma proposta para uma nova interpretação a ser estudada pelos estudiosos do assunto.

O professor e pesquisador amapaense Estácio Vidal Picanço, organizou de maneira

didática e cronológica muitas “Informações Sobre a História do Amapá” e publicou em 1981. Dentre muitos temas ligados à história local política do então Território Federal do Amapá, buscando antecedentes históricos desde os idos pré-coloniais e coloniais, também não deixou de descrever as disputas internacionais pelo território do Cabo Norte bem como citou a presença das fortificações históricas do Amapá, organizando os temas históricos como um encadeamento de fatos que tem como apogeu a questão do Amapá (conflito de disputa territorial entre Brasil e França) e o Laudo Suíço. O professor Picanço descreveu relevantes aspectos da História local dando-a um sentido de início, meio e fim reservando um final feliz para os amapaenses com a vitória no Laudo de Berna proferido pelo helvético Walter Hauser, mas sem deixar de citar a importância das fortificações no Amapá. Picanço lega para a História do Amapá um modelo de organização periódica que ainda percebemos estar presentes em obras de História do Amapá voltados para a educação básica.

## AS FORTIFICAÇÕES NO ACADEMICISMO

No final da década de 1980, o tema fortificações esteve presente nos trabalhos de muitos autores locais, regionais e internacionais. O tema serviu para alguns de

objeto central ou acessório nas discussões sobre a disputa pela ocupação do vale amazônico com a diferença de analisar esse processo com adequações ao uso de metodologias cientificamente debatidas e que os ajudaram a enriquecer a temática. Os autores acadêmicos muitas das vezes revisitam as fontes usadas pelos antigos pesquisadores bem como encontram novas fontes com análises sob a luz de outros referenciais teóricos. A definição conceitual auxiliou na exatidão e melhor direcionamento das discussões bem como a ampliação da associação do tema a questões sociais, de estratégias geopolíticas e mais recentemente presente nas discussões sobre fronteira, Globalização e Relações Internacionais.

A historiografia das fortificações na Amazônia apareceu em uma relevante referência internacional no ano de 1989 com Joyce Lorimer, do *Graduate Program in History Try-University I*, do Canadá que publicou “*English and Irish Settlement on the River Amazon (1550 -1646)*”. O trabalho procurou comparar as tentativas de empreendimentos irlandeses e ingleses na região amazônica no período supracitado perscrutando as razões do insucesso desses empreendimentos. Segundo a autora, a falta de apoio mais consistente da coroa inglesa talvez tenha sido o fator determinante para o fracasso do projeto colonizador inglês e holandês na região discordando com a ideia

de que a Amazônia se apresentava como um ambiente inadequado para europeus do norte.

Neste trabalho, ela descreveu também o uso da estratégia das fortalezas pelos europeus nórdicos que aos se lançarem à Amazônia num projeto agroexportador colonizador, que utilizavam dos fortes para tentar assegurar a defesa de seus frágeis núcleos colonizadores. Em análise desse ocorrido Chambouleyron, 2010, afirmou que a vinda de irlandeses pra região Amazônica não pode ser vista como fenômeno isolado, “*mas, num esforço mais vasto feito pela população da Irlanda da escapar da perseguição religiosa instalando-se em terras católicas...*”. Porém, como vimos nos capítulos anteriores deste artigo, estes empreendimentos foram rechaçados pelos portugueses.

O tema ganhou caráter conceitual com o uso do termo “política de fortificações”, a partir de uma definição usada por Carvalho (1998) para designar a estratégia de construir fortes para tentar garantir a posse de um território. Se formos levar em consideração o termo política como uma ação planejada de orientação investimento estatal, as fortificações produzidas por ingleses e holandeses no Amapá no século XVII não se constituíram em uma política propriamente dita. Não se tratava de uma política definida e regulamentada e sim uma prática arquitetada e articulada pelo Estado o por investidores e

colonos para marcar território. E para este autor, é considerado um tema relevante quando se trata da conquista territorial da Amazônia pelos portugueses e posteriormente luso-brasileiros em suas aventuras bélicas na exploração de reconhecimento e de combate a invasores.

Ainda anos de 1990, os trabalhos de cunho científico começam a ser produzidos inicialmente pelos docentes do quadro da Universidade Federal do Amapá do qual o prof. Dr. João Renor Carvalho (1998), membro do Colegiado de História desta Universidade e que veio a se tornar também reitor desta casa não deixou de incluir em seu livro a importância das fortificações do Amapá. Sem sairmos desta década, registramos o lançamento de uma obra que marcou a história da Amazônia, e mais especificamente a história do Amapá: A publicação do livro “Nas Terras do Cabo Norte – Fronteiras, Colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII e XIX” (1999), de Flávio dos Santos Gomes, que contou com trabalhos de Mauro Cezar Coelho e Jonas Marçal de Queiroz (ambos docentes da Unifap), dentre outros. Nesta coletânea de artigos, a história local é baseada em pesquisas acadêmicas e ganhou mais força com resultados de investigações voltadas para recortes cronológicos focados para os séculos XVIII e XIX, mas que retrocederam com muitas informações aos séculos XVI e XVII.

Ainda tratando da referida obra acima, o artigo de Adler Homero Fonseca de Castro denominado “O Fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje” fez um apanhado “enciclopédico”<sup>xiii</sup> de registros de todas as fortificações que foram erguidas no Amapá. O trabalho não se restringe apenas em descrever arquitetonicamente os fortes, mas também trouxe um histórico de cada um, narrando combates históricos em torno dos fortes. O autor tentou de fugir à tradição historiográfica das publicações sobre fortificações descrevendo o contexto histórico e caracterizando, mesmo que este não seja seu objetivo, o cotidiano dos pretensos colonos do entorno dessas construções. Outros trabalhos de Adler Castro sobre fortificações o colocam na posição de um dos relevantes pesquisadores da temática em nível nacional. Na verdade, o artigo publicado na obra “Nas Terras do Cabo Norte é um recorte de uma pesquisa mais abrangente sobre fortificações de diversas regiões do Brasil que revelam todo o fôlego deste historiador do IPHAN/RJ em buscar desvendar mais aspectos ligados ao papel destes fortes para a História do Brasil.

Em 2003, Janaína Camilo voltou seus estudos para a história da Fortaleza de São José de Macapá (FSJM), o maior patrimônio histórico material do Amapá e um dos maiores da Amazônia colonial. Camilo (2003), reconstituiu essa história descrevendo

o contexto da construção desta fortificação não só pela ótica puramente militar, como a guardião da porta de entrada do grande Rio Amazonas, mas também como parte integrante e de importância nos planos do Primeiro Ministro português dos meados dos setecentos, o Marques de Pombal na tarefa de proteger os grandes veios auríferos, até então recém descobertos em regiões mais interiores do território colonial luso na América (Vila Bela)<sup>xiv</sup>.

Não podemos deixar de citar a dissertação de Mestrado de escrita em 2007 de Deyseane Ferraz da Costa, que estudou a restauração do Forte do Presépio em Belém em sua pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Pará - UFPA. O estudo toma por base os trabalhos iniciados a partir de 2000 com o Projeto Feliz Lusitânia do Governo do Estado do Pará e sua transformação em Museu do Forte do Presépio em seu trabalho também foi analisado o processo de apropriação desse patrimônio histórico, bem como os conflitos, disputas e negociações em torno do forte enquanto espólio de memória e atrelado a isso, também estudou o papel da história e do historiador diante desse processo.

Saindo do meio dos historiadores, percebemos que as discussões que refletem sobre o papel do Estado na atualidade remeteram pesquisadores e professores do

Amapá, em especial aos ligados ao Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá a resgatar a formação territorial amapaense. Isso aproximou o interesse de geógrafos e outros pesquisadores de diferentes campos do conhecimento como Geopolítica e Relações Internacionais, que se puseram a reler o processo de ocupação da Amazônia e do uso das Fortificações como foram percebidas nos trabalhos de Porto (2005; 2010). Reiteramos aqui que a importância do estudo das fortificações da Amazônia avança na área acadêmica inclusive vindo a ser debatido estudado também pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará- NAEA/UFPA.

Alexandre M. de Lima (2010) em *Santo Antônio de Gurupá: A Base Lusitana no Setentrião Amazônico* acrescentou ao debate sua percepção de que as fortificações serviram como braço português estratégico na defesa da região bem como de impulsão para a expansão para o interior do *Grão-Pará*. Como exemplo, podemos citar a própria criação da Vila de Gurupá. Lima (2010) ainda analisou que a o crescimento dessa engenharia militar ligada as construções dos fortes, no artigo *Fatos e Contradições na Gênese da Engenharia Militar do Grão-Pará* se expandiu na Amazônia em consequência da necessidade da expulsão de invasores estrangeiros.

Na mesma coletânea de artigos, Durbens Nascimento (2010), em *A Defesa da Amazônia nos Tempos da Ocupação*, elaborou uma interpretação das principais medidas tomadas pelos portugueses dos séculos XVII ao XX. Os esforços para manter afastados os invasores para além das fronteiras definidas pelos tratados de Madri que juntamente com a expedição de Pedro Teixeira e o conflito da região do Contestado Franco-brasileiro definiu Portugal na condição de dominador definitivo nessa parte do território amazônico.

Com os trabalhos até aqui citados percebe-se que a temática das fortificações está associada diretamente a assuntos ligados a defesa territorial, a delimitação fronteira, ocupação da Amazônia por ação militar estatal ou das preocupações em descrever as características arquitetônicas dos fortes. Certamente há trabalhos que ficaram de fora desta revisão inclusive com vieses que vislumbram questões como sociedade, trabalho e condições de vida e que certamente tem sua relevância. Contudo devido à configuração deste artigo infelizmente não foram citados servindo de elementos a serem acrescentados em pesquisas futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou fazer uma revisão da bibliografia produzida sobre as

fortificações da Amazônia e mais especificamente do Amapá colonial (séculos XVII e XVIII). A análise foi feita através de pesquisa bibliográfica usando como fontes autores que tangeram o assunto diretamente ou não. Inicialmente foi produzida uma contextualização histórica da do expansionismo colonialista hispano-lusitano e seus desdobramentos para a o Brasil e Amazônia. No segundo momento procuramos apontar passagens do processo da conquista da Amazônia pelos portugueses dando ênfase ao uso de fortificações pelas nações envolvidas. Observamos que, no caso das fortificações de origem inglesa e holandesa, por terem sido construídas de forma precária com recursos dos próprios empreendedores, e por sofrerem forte repressão militar portuguesa foram destruídas e não tiveram êxito em suas propostas. As fortificações portuguesas do século XVII levantadas no Amapá colonial, não tiveram destino diferente. Apesar de não ter sido um dos objetivos desta pesquisa, destacamos que com o aperfeiçoamento da política de fortificações como o uso de matérias-primas melhores, melhor planejamento, e engenharia mais bem qualificada aplicadas na construção da imponente Fortaleza de São José de Macapá levaram à diminuição das invasões estrangeiras sensivelmente principalmente nas proximidades de Macapá e foz do rio Amazonas guardando principalmente a

entrada deste delta dando maior segurança ao interior da colônia onde havia sido descobertas preciosas minas.

Por fim, foi produzida uma análise de cunho historiográfico buscando comparar de forma resumida os trabalhos dos autores que discutiram as fortificações do Amapá partindo de viajantes que anotaram em seus registros sua presença desde o século XVIII, passando por autores do século XIX e XX com influências metódico/tradicionais ou institucionalistas até trabalhos acadêmicos que vão desde o final do século XX até este início do XXI. De um modo em geral, percebe-se que a maneira pela qual a escrita da história das fortificações foi produzida obedeceu a uma regra de associá-las a ideia de terem servido de instrumento de ações do Estado monárquico para dar segurança aos processos de ocupação do vale amazônico. Com exceção dos relatos de viajantes do século XVIII, onde a preocupação era a descrição da paisagem amazônica a fim de produzir informações às coroas envolvidas na indefinição do limite Brasil - Guiana Francesa, os autores que produziram trabalhos que tocaram direta ou indiretamente nesta temática, tendenciaram a fazer suas análises com fortes influências das propostas do IHGB. No processo de formação do Estado Nacional brasileiro havia a necessidade de se colocar no elemento branco português o protagonista responsável pela incorporação da

Amazônia ao restante da colônia portuguesa americana. As características de uma produção histórica típica do século XIX como o uso de documentação oficial, a valorização dos grandes nomes da política e militares são apenas algumas dessas características que se apresentam nos trabalhos de Baena, Vianna e Reis e que prosseguem nos demais trabalhos mesmo de autores que não eram ligados a institutos históricos seja nacionais ou regionais. De alguma maneira, a forma de produzir a historiografia das fortificações tal qual o fizeram os clássicos como Baena, Reis e Vianna ainda persiste. Ainda encontramos nas obras de autores de orientação teórico-metodológica acadêmica passagens da boa e velha contextualização dos autores clássicos presentes no processo da disputa e conquista da Amazônica pelos portugueses com ares de saga e heroísmo protagonizando personagens históricos europeus ou ainda vendo a ação lusa como uma empreitada exclusiva do Estado em busca da civilização dos povos bárbaros (índios que são poucos representados entre os historiadores citados dando-lhes um papel secundário ou invisível). Talvez muito se deva a isso pelo uso do tipo de fonte usada ainda engessar uma boa parte das narrativas encontradas em trabalhos acadêmicos ou pelo próprio costume de refazer a narrativa conforme os homens dos institutos históricos a faziam acabem por permanecer em forma de

tradição viciante a perpetuar tal maneira de historiar.

Todavia mesmo com a permanência de alguns elementos dessa historiografia nos autores acadêmicos (Lorymer, Carvalho, Castro, Nascimento, Camilo, dentre outros) a submissão do tema a métodos e teorias mais recentes acabou concomitantemente por provocar rupturas. Com olhares mais críticos e esses autores colheram resultados novos dando maiores contribuições não só à compreensão do real papel das fortificações no processo de incorporação da Amazônia ao restante do Brasil bem como nos induz a refletir sobre o próprio papel da Amazônia e do Amapá para o restante do Brasil. Dessa forma, convidamos os novos pesquisadores a se lançarem ao desafio de repensar e refazer uma nova historiografia das fortificações e buscar superar a tradição histórica tão presente sobre um assunto que se põe relevante diante deste atual momento em que temas como Globalização e transfronteirização acabam por se constituir juntamente com os ilícitos na fronteira quando a própria soberania do Estado Nacional é questionada.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, Arte e Política**. Ensaios sobre Literatura e história

da cultura. Vol.1. São Paulo: Ed. Brasiliense,1987.

CAMILO, Janaína Valéria Pinto. **Homens e Pedras no Desenho das Fronteiras: A Construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas: 2003. 179 f.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momento de História da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

CASTRO, Adler Homero F. de. *O Fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje*. In: GOMES, Flavio dos santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/UFPA,1999.

CHAMBOULEYRON. Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640 -1706)**. Belém: Editora Açáí, 2010.

COELHO, Mauro Cezar. *Fronteiras da História, Limites do Saber: A Amazônia e seus Intérpretes*. In.: QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia: Modernização e Conflito Séculos XVIII e XIX**. 1ª ed. Belém: NAEA/UFPA; Macapá: UNIFAP – 2001.

\_\_\_\_\_. Mauro Cezar. *As Viagens Filosóficas de la Condamine e Alexandre Rodrigues Ferrera*. In: GOMES, Flavio dos

santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte:** fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996.

FERRO, Marc. **Colonization: A Global History.** London/New York: Routledge, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2004.

LA CONDAMINE, Charles Marie. **Viagem pelo Amazonas – 1735-1745.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

LIMA, Alexandre Martins de. *Fatos e Contradições na Gênese da Engenharia Militar do Grão-Pará.* In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org). **Amazônia e Defesa: Dos Fortes às Novas Conflitualidades.** Belém: NAEA/UFPA, 2010.

\_\_\_\_\_. *Santo Antonio de Gurupá: a base lusitana no setentrião amazônida.* In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org). **Amazônia e Defesa: Dos fortes às novas conflitualidades.** Belém: NAEA/UFPA, 2010.

LORIMER, Joyce, **English and Irish Settlement onde the River Amazon. (1550-1646).** Londres: The Hakluyt Socyety, 1989.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins. **Interações Fronteiriças no Platô das Guinas: Novas Construções, Novas**

Territorialidades. Macapá: Publit Soluções editoriais, 2010.

PRADO JR. Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** 42ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

REIS, Artur Cesar Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira – A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa.** Vol 1. Belém: Secult. 1947.

\_\_\_\_\_. *A Ocupação Portuguesa no Vale Amazônico.* In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1968, Tomo I. Vol. I.

SAID, Edward. **Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente.** Trad. Rosaura Eichenberg. Coleção Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia.** Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> É aluno do curso de Doutorado em Humanidades e Artes com ênfase em Ciências da Educação da Universidade Nacional de Rosário/Argentina. É mestre Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (2013). Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2005). Especialista em História do Brasil pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá - RJ. Atualmente é professor efetivo assistente de magistério superior do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (campus Binacional).

<sup>ii</sup> Aqui estamos adotando o termo para o período que vai do século XVI até a independência do Brasil de Amapá colonial para operacionalização dentro da pesquisa onde a região que compreende o atual Estado do Amapá já passou por denominações como Cabo Norte, província dos Tucujus e já foi parte integrante da região de Nueva Andaluzia bem como do Estado do Grão-Pará e Maranhão e depois, da Província do Grão-Pará. Como o Amapá colonial não era delimitado politicamente, dentro da pesquisa procuramos abordar passagens ora ligadas à História da Amazônia ou da História do Pará.

<sup>iii</sup> Neste contexto, o mais significativo foi o de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha.

<sup>iv</sup> Em alusão à obra de Arthur César Ferreira Reis, referência obrigatória sobre o tema.

<sup>v</sup> Entenda-se como um conjunto de teorias e pesquisadores que se preocupam em analisar os efeitos e sequelas do colonialismo deixadas pelos países colonizadores naqueles colonizados.

<sup>vi</sup> Algumas reflexões e análises comparativas do pensamento deste autor foram feitas no artigo “E o Amazônida? Onde aparece?”, de nossa autoria disponível na obra “Sociedade e Desenvolvimento Regional” organizada por Alan Jásper em 2012.

<sup>vii</sup> Baena era português e chegou ao Pará em 1803 exerceu as funções de militar, professor, historiador, biógrafo, teatrólogo, cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>viii</sup> Mesmo ano da fundação do IHGB, período da regência de Araújo Lima, onde as discussões da dita escola metódica dominava as produções historiográfica do ocidente.

<sup>ix</sup> Entendemos aqui *Institucionalismo* como o estudo da sociedade por meio de suas instituições como religião, família, Estado, dentre outras tantas, observando suas influências na vida humana. O Estado acaba ganhando destaque uma vez que esta instituição produz grande número de documentação para se fazer os mais diversos tipos de abordagem teórico-metodológica.

<sup>x</sup> Aqui me refiro às obras que são consideradas clássicas na Historiografia brasileira como Casa-Grande & Senzala, Formação do Brasil Contemporâneo e Raízes do Brasil, que inauguravam desde a década de 1930 novas formas de ver, pensar e produzir a história brasileira e que de alguma forma rompiam com o modelo sugerido pelo Instituto Histórico Brasileiro-IHGB.

<sup>xi</sup> Aqui fazemos uma alusão à expressão de Walter Benjamim que afirmou que história tradicional ou a história dos vencedores é a história que se encontra em nossos livros. Ela é capaz de ditar o passado como

verdadeiro, através de seus argumentos políticos e chegando até a ditar como históricos alguns fatos míticos.

<sup>xii</sup> Conforme denominado por Alaúdio de Oliveira Melo no prefácio do livro, deslocando seu sentido da biologia que seria aquele que descreve ou estuda os tecidos. Uma tentativa de delegar-lhe um título por ter produzido um trabalho de história.

<sup>xiii</sup> Conforme definido por ele em conversa com este pesquisador revelada em 2007 em visita à Fortaleza de São José de Macapá.

<sup>xiv</sup> Atual estado de Mato Grosso.

Recebido em: 07/11/2018.

Aprovado em: 08/12/2018.

Publicado em: 10/01/2019.